

## **024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 21DEZ2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria desejar um bom dia de trabalho a todos nós, hoje, nas nossas últimas Sessões plenárias. Ver.<sup>a</sup> Jussara, Ver. Thiago, Ver. Casartelli e Dr. Raul, que trabalham intensamente na área da saúde nesta Câmara Municipal, quero trazer uma ótima notícia neste final de ano. Todos lembram que há poucos meses aprovamos, Ver. Paulinho, a criação de 63 cargos de técnicos de enfermagem na cidade de Porto Alegre, um projeto que veio do Governo Municipal, começou ainda com o Secretário Casartelli e continua agora com o Secretário Fernando Ritter. Encaminharam este projeto para cá, a Câmara Municipal fez todo um esforço para que pudéssemos votar rapidamente este projeto, e, nesta última semana que passou, a Secretaria Municipal da Saúde já chamou 47 técnicos de enfermagem, e a Fundação de Assistência Social e Cidadania chamou mais 27 técnicos de enfermagem, totalizando 75, Ver. Dr. Thiago. Então, aquela luta que todos nós fizemos junto ao Governo Municipal se concretizou e isso vai ser muito bom, porque, pelas informações que tenho do Secretário Fernando Ritter, esses técnicos irão para os pronto atendimentos, HPV, HPS, onde esses profissionais são mais necessários. É um avanço, neste ano de 2015, na área da saúde, onde tivemos vários projetos aprovados: foi a GIM para os aposentados, que não estavam recebendo; a criação de cargos de técnicos de enfermagem; a criação de cargos de farmacêuticos, entre outras atividades que fizemos nesta Casa. Tivemos, agora, na semana passada, o chamamento de 49 técnicos de enfermagem para a área da saúde, os quais estarão sendo encaminhados para o HPS, para o HPV e para os pronto atendimentos. Também aproveitamos esse concurso que estaria expirando no dia 11 de janeiro e chamamos 27 técnicos de enfermagem do Concurso nº 470 para assumir na Fundação de Assistência Social e Cidadania. E é importante salientar, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony e Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que todos os técnicos de enfermagem que foram chamados para a FASC entrarão no serviço

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

terceirizado; encerraremos agora um contrato de serviços terceirizados de técnicos de enfermagem e enfermeiros substituindo-os por técnicos concursados do quadro. Também pelo projeto que nós aprovamos aqui da Fundação de Assistência Social e Cidadania no ano passado, quando criamos 650 cargos novos, dentre eles técnico de enfermagem e enfermeiro. É uma grande notícia nessa reta final, os nossos abrigos, nossos espaços que atendem pessoas em situação de rua agora terão sete enfermeiros e 27 técnicos de enfermagem para atender a toda a nossa população de rua, a toda a nossa população de crianças e adolescentes que estão hoje recolhidos em espaços institucionalizados. Então, é um grande avanço, e eu queria fazer um agradecimento a todos que nos ajudaram nessa luta, nesta Câmara de Vereadores, e que ajudaram o Governo Municipal, e pressionaram também o Governo Municipal, porque, no dia 11 de janeiro encerra o nosso concurso para técnico de enfermagem. Muito obrigado e um bom dia!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Srs. Vereadores, nós estamos discursando aqui porque é necessário. A Sessão foi marcada, os Vereadores não chegaram ainda, então é necessário nós estarmos discursando aqui em tempo de liderança, ou então a gente encerra a Sessão e voltamos às 14h. Os Vereadores sabem que tem Sessão, sabem o horário da Sessão; se não chegaram no horário, nós temos que dar esse tempo necessário e regimental.

Eu venho aqui pedir aos colegas que mantenham o seu voto ao projeto do Dr. Raul. É um projeto para a cidade de Porto Alegre. Eu acho que nós estamos com muitos argumentos, mas quando entra um projeto de Vereadores nesta Casa, dizem que não cabe ao Vereador propor este projeto; chegam argumentos que não cabem aos Vereadores fazer tal projeto. Eu acho que cabe a nós fazer as coisas para o povo de Porto Alegre. Se o Executivo não toma iniciativa por sua inércia, se o Executivo não toma iniciativa por sua acomodação, cabe a nós, que chegamos aqui com o apoio do povo, fazer isso! E nós procuramos fazer. Cabe a nós, quando chegamos aqui, legislar para o povo de Povo de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Porto Alegre. E o Dr. Raul faz isso abrindo 16 postos de saúde nas regiões do OP beneficiando a população de Porto Alegre.

Hoje tem um projeto meu que entra na Pauta, e o Executivo diz que não cabe a mim fazer isso, que é criar uma agência reguladora! Nós tivemos aqui projetos para serem votados nesta Casa, porque não existe regulamentação em Porto Alegre. Por que o Executivo, que se diz que um Executivo que ouve o povo, um Executivo que está à rente das capitais, não cria essa agência reguladora que tem o parecer favorável do Ver. Guilherme Socias Villela, que foi Presidente de uma agência reguladora, que foi Prefeito desta Cidade e, na época, já previa o monitoramento e esta Casa não permitiu? Por que é que não cria essa agência reguladora? Porque não cabe ao Vereador fazer isso, mas há uma emenda que permite dar todos esses poderes para o Executivo. Só quer que crie a agência reguladora, porque a gente faz os indicativos e os indicativos ficam lá na Prefeitura.

Esse projeto da agência reguladora foi o primeiro que protocolei nesta Casa, quando aqui cheguei, em 2013. É um projeto que regula a questão da limpeza urbana, que regula a questão dos serviços prestados em Porto Alegre, os serviços de transporte, regula a questão de serviços de resíduos sólidos, da iluminação pública. Por que não tem uma agência que regula tudo isso? Por que não tem uma agência que participe de tudo isso? Por que não? Por que a Prefeitura veta projetos importantes de Vereadores, que estão tramitando nesta Casa há muito tempo? Pelo simples prazer de vetar, pelo simples prazer de não discutir com a população de Porto Alegre!

Nós estamos aqui representando parcelas da população, nós estamos aqui representando desejos da população, nós estamos aqui representando projetos que discutimos com a população, e a população nos conduziu até aqui para apresentar, defender e trazer esses projetos. E o Ver. Dr. Raul trouxe um projeto que o povo de Porto Alegre quer, que é o acesso à saúde. As pessoas querem que seus familiares tenham acesso à saúde. Os médicos dizem que a abertura dos postos de saúde irá esvaziar as emergências, irá esvaziar os hospitais, porque muitas vezes as pessoas estão com dor e vão para as emergências dos hospitais. Se esses postos estiverem abertos, com certeza irão esvaziar as emergências dos hospitais e os próprios hospitais.

Então, peço aos nobres Pares que reafirmem o voto favorável ao projeto do Ver. Dr. Raul. Que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre vote a favor do povo de Porto Alegre, das

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

peças mais humildes que precisam usar a saúde pública e o atendimento nos postos de saúde. Os postos de saúde não podem funcionar no horário bancário, não podem funcionar no horário das 8h às 17h; eles têm que funcionar no horário em que as pessoas precisam. E o Ver. Dr. Raul fez este projeto, o qual nós apoiamos e pedimos aos nobres Pares que votem a favor. Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos dar ao povo de Porto Alegre acesso à saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Bom dia, Presidente; colegas Vereadores e Vereadoras; Lideranças aqui presentes; cidade de Porto Alegre e a todos que nos ouvem; eu venho aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – em meu nome, do Ver. Alberto Kopittke e do Ver. Mauro Pinheiro –, estamos aqui desde o início para dar quórum à Sessão, Ver. Janta, para podermos votar não só os projetos como fazer as discussões necessárias. Hoje temos um conjunto de projetos de suma importância, e destaco aqui que a nossa bancada já tem posição favorável ao projeto do Ver. Dr. Raul, que é sobre termos um posto de saúde em cada região funcionando por 24 horas. Isso é bom para a Cidade, é bom para a saúde, é bom para a política e é bom para esta Casa.

O segundo tema é o tema dos bairros. Depois de longa discussão, o trabalho realizado na Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação construiu um conjunto de acordos, os quais votaremos hoje. Foi acordado aqui o tema do projeto dos bairros.

O terceiro ponto, Ver. Alberto Kopittke, é o resultado de um trabalho feito aqui por esta Câmara, na Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação, que tenho o prazer de estar presidindo neste ano de 2015 – junto com os colegas Vereadores Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Sefora Gomes Mota, Delegado Cleiton e Dr. Goulart. Participei, com muito prazer, na sexta-feira, da assinatura do convênio pelo Governo do Estado com o Município para resolver o problema da segurança dos taxistas. Ou seja, que o botão de pânico, que está instalado por convênio do Município de Porto Alegre com os taxistas, funcione, porque nós fizemos aqui um grupo de trabalho, trabalhamos três meses, refizemos o contrato, foi suspenso o tema do GPS e ficou faltando o botão de pânico. O

---

que é o botão de pânico? É um dispositivo que os táxis têm para quando os taxistas se sentem ameaçados ou agredidos, pois podem acionar aquele botão, que registra em um painel na EPTC e, a partir dali, tem que ser mobilizada a segurança pública. O que acontecia com o contrato feito? Acionava o botão de pânico, registrava na EPTC e morria por aí; ninguém articulava a equipe de segurança para poder socorrer os passageiros e os taxistas quando eram ameaçados.

O trabalho que esta Câmara realizou com os colegas Vereadores que já citei originou no convênio que o Município realizou, na última sexta-feira, com a Secretaria da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

E, por falar em segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu estou com saudades dos debates aqui sobre a avaliação da segurança tanto de sua parte quanto por parte da RBS, que fazia a análise do Governo Tarso, dizendo que era a pior segurança do planeta. Parece que agora está tudo maravilhoso com todos os descasos e com todos os crimes que têm ocorrido; com o aumento da criminalidade e das mortes aumentando, com aumento de roubo de carros, Ver. Kopittke; com os benefícios aos trabalhadores da segurança retirados, como é a infraestrutura para a Brigada Militar, como são as horas extras, como o reajuste, como a admissão de todos os trabalhadores que passaram no concurso para poder cumprir e dar estabilidade à segurança do Rio Grande do Sul. E aqui parece que a segurança mudou! Parece que está uma maravilha agora no Rio Grande do Sul!

Então, quero dizer aqui que a segurança piorou no Governo Sartori, piorou no governo que aí está! Foi desconstituído um trabalho que estava se iniciando, e a população está à mercê, a população está cada vez mais com medo de sair às ruas em todas as dimensões, Ver. Reginaldo Pujol, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que sustentam o Governo Sartori – e Ver.<sup>a</sup> Mônica, que sempre fez a maior crítica do Governo Tarso Genro! Delegado Cleiton, nós queremos ver a segurança do Rio Grande do Sul não só ser resgatada pelas boas políticas do Governo Tarso, mas também que tenha avanço.

Por que parou a segurança no Rio Grande do Sul? Volto a dizer aqui: esta Casa com a base do Governo Sartori com a RBS faz pensar que a segurança está às mil maravilhas. Não está. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, destaco aqui a presença dos membros da Associação do Jardim Isabel, que estão sempre presentes nas plenárias para defender os interesses daquele bairro modelo de Porto Alegre e também dos demais participantes. Este projeto do Dr. Raul, meu colega de bancada, médico da área comunitária, certamente está muito bem embasado, porque o Dr. Raul conhece a periferia, conhece as necessidades das pessoas que precisam de um atendimento fora do horário habitual. É um excelente projeto e merece uma atenção melhor do Executivo e, se não for possível implementar em todas as regiões do Orçamento Participativo, pelo menos, que se inicie em alguns locais ou divida as regiões de Porto Alegre não somente pelas regiões do Orçamento Participativo, mas pelas principais regiões – Norte, Sul, Leste, Oeste, Extremo-Sul ou Região Sul –, para facilitar o atendimento. É muito triste a pessoa não ter condições de tomar um táxi, não ter atendimento para uma criança, não ter atendimento de emergência fora do horário de atendimento dos postos. Quem não vai defender? É impossível não se defender esse atendimento, não estamos defendendo um posto de saúde de Primeiro Mundo, mas um posto de saúde básico que possa atender essas emergências, que haja, pelo menos, o atendimento inicial para uma seleção, antes de encaminhar para um hospital. É um projeto que vemos com o maior cuidado, tendo em vista que atuamos dois anos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, visitamos UPAs, visitamos hospitais, tivemos reuniões com a Direção de quase todos os hospitais de Porto Alegre, quando aprendemos muito, porque, nessas reuniões, foram apresentadas as dificuldades de uma gestão hospitalar, o que estava deficiente, sobre a população que ficava nas filas. Vimos pessoas que chegavam à meia-noite e, às 10h, ainda não tinham sido atendidas. Eu sempre falei do problema das fichas de atendimento, da carência que temos na área da saúde, e necessitamos estar sempre lembrando. Nós, que somos Vereadores de Porto Alegre, não podemos deixar a população a descoberto, nós sabemos que, quando se têm recursos, tudo se facilita. Mas quem não tem recursos, aonde vai? E quantos óbitos ocorrem, às vezes, por questões de segundos, por falta de um atendimento inicial? Quero parabenizar o meu colega, Ver. Dr. Raul Fraga, por este projeto e dizer que votarei a

---

favor, tendo em vista que tenho essa preocupação com a saúde. Eu sempre tive essa preocupação com as pessoas que ficam nas filas, com a falta de atendimento e com que haja uma atenção melhor à população, em se tratando de periferia, de pessoas que não têm os recursos, que não têm convênios e que dependem unicamente dos postos de saúde. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (9h58min) Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o PLL nº 237/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 243/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLE nº 037/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 037/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 037/15.

Em discussão o PLE nº 037/15. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. ALBERTO KOPITTKKE:** Caros colegas, muito bom dia a todas e a todos, esse projeto trata da renovação, se não me engano, por favor, corrijam qualquer equívoco técnico, de uma concessão real de uso de quatro locais onde estão instalados postos de gasolina que tiveram concessão real de uso na nossa administração e que agora está expirando, e a Prefeitura está propondo a renovação por mais 20 anos. Primeiro, sempre é bom quando a atual gestão reconhece os acertos da nossa gestão, mas o que eu acho importante dizer é que, quando a Administração Popular fez essa concessão para a



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Petrobras, na maioria desses locais não havia nada, e, a partir dessa concessão, se possibilitou, se estimulou a construção destes postos de gasolina. Um deles, por exemplo, o mais conhecido, talvez, chamado Ecoposto, que fica ali, na frente da RBS, na Av. Ipiranga, um ponto altamente privilegiado; o outro é o posto da Redenção, mais um ponto altamente privilegiado. O que eu estou questionando e gostaria de debater com os colegas, se possível, é que nós fizemos um cálculo sobre os valores dessa renovação. O Município, Ver.<sup>a</sup> Mônica, está renovando por 20 anos, antecipando a receita que será paga à vista, o que é muito bom para esta Administração que, pelo jeito, precisa de caixa, apesar de o Secretário Municipal dizer que fechará o ano em superávit, não sei qual o milagre operado. Quanto ao valor calculado, nós aceitamos a avaliação feita pela Fazenda do Município, nós não estamos contestando, Ver. Reginaldo Pujol, a avaliação feita pela Fazenda, aceitamos os valores trazidos no processo – talvez até pudessem ser objeto de outras avaliações, mas como foram feitas por uma servidora municipal, aceitamos. Mas nós inserimos a inflação, o índice médio de reajuste dos aluguéis, e chegamos a um valor de R\$ 29 milhões e 200 mil ao longo de 20 anos. E o valor que a Prefeitura está propondo é de R\$ 12 milhões! Isso é 40% do valor total, levando-se em conta a avaliação da Prefeitura. O valor está aqui, nós estamos abrindo mão, com esse processo que estamos votando hoje, de aproximadamente 60% do valor, o que equivale – pelos nossos cálculos – em torno de R\$ 18 milhões. Estamos recebendo R\$ 12 milhões, abrindo mão de R\$ 18 milhões, num negócio, como todos sabem, que é de venda de combustível! Não me parece que seja um negócio de risco, que em 20 anos vá de ser altamente lucrativo, apesar do Acordo de Paris, a matriz energética para os veículos, nos próximos 20 anos, vai continuar sendo o petróleo. Então acho que é algo que merece uma atenção dos colegas, uma vez que estamos abrindo mão de receita de R\$ 18 milhões para quatro postos de gasolina, que parecem estar bem financeiramente. Eu não estou aqui fazendo uma contestação ética do processo, acho que a concessão é um instrumento legítimo, não vejo isso como problema. Agora, será que se nós colocássemos em licitação esses locais, o valor não seria ainda maior? Mas, mesmo que a Prefeitura opte pela renovação, como está fazendo, por que uma redução tão grande do valor aferido pela própria Prefeitura, que é de R\$ 30 milhões, segundo os cálculos que nós fizemos, atualizando a inflação? Então, eu acho que é uma reflexão importante. Dezoito



milhões de reais me parece algo bastante relevante para todos os projetos que discutimos aqui na Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Aviso aos Vereadores que foi trocado o sistema de Wi-Fi na Casa por um mais moderno. Desde sexta-feira está funcionando. Agora, temos dois sistemas. Todos na Casa receberam por *e-mail* como vai funcionar, colocando senha para que tenha mais potência. Os Vereadores que tiverem alguma dificuldade devem ter recebido nos seus *e-mails* o modo de entrar com o sistema de senhas, que vai facilitar, pois tem mais potência. O sistema de Wi-Fi era um problema histórico na Casa, e agora foi colocado um novo sistema de radiotransmissão bem mais potente.

**O Sr. João Carlos Nedel:** Sr. Presidente, só para deixar claro: qual o setor que devemos procurar?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Pode ser a Direção-Geral, com o André, ou o setor de Informática.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, as preocupações do Ver. Kopittke estão respondidas no processo. Há que se fazer uma distinção muito grande. Trata-se da renovação de um contrato que foi iniciado no período em que o seu partido estava no Governo. Com relação a essas áreas, não imaginem que seja a totalidade da área que está sendo cedida para essa finalidade. O próprio projeto demonstra que são nesgas, em três das quatro áreas que são oferecidas. A outra, aqui na Av. Ipiranga, o espaço é aquele que todos nós conhecemos, porque se trata de um dos postos de maior movimentação aqui na Cidade. A avaliação feita pela Prefeitura foi a mais criteriosa possível, ela pegou informações com as entidades que tratam de locação aqui em Porto Alegre. Porque, em verdade, apesar do nome sofisticado que está tendo aqui dentro, trata-se de uma locação de imóveis do Município para a Petróleo Brasileiro S/A, com a sua distribuidora. É evidente que há de se considerar alguns aspectos relevantes: para a Petrobras, essas áreas têm grande importância porque elas já estão ali instaladas.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Para o Município, essa importância é, de certa forma, reduzida, porque se retomasse esses imóveis, teria dificuldade de colocá-los em outra atividade senão essa, na medida em que não é finalidade específica da municipalidade distribuir petróleo, gasolina, óleo *diesel* e combustível na Cidade.

Fica, então, a dúvida: é um bom negócio que o Município está fazendo? Quero afirmar para todos aqui que é um grande negócio que o Município está fazendo. Alguns alegam: “Ah, mas não está calculado o que ele poderia ganhar no futuro...” Bom, quem deveria ter essa preocupação maior é a Petrobras, que está pagando com antecipação, verdadeiras luvas ao Município, porque o que o Município iria receber daqui a 20 anos está sendo pago agora, neste ano. E essa antecipação é valiosa para o Município. Se o Município colocasse, por exemplo, esses R\$ 12 milhões como rendimento, e não é o caso, em qualquer empresa de financiamento, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, onde o juro é dos menores, mesmo assim, nos 20 anos, esse valor se triplicaria pela aplicação, pelo valor da aplicação desses recursos, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Ademais, vejam que essas quatro áreas, se nós calcularmos que em 20 anos nós temos 240 meses, essas quatro áreas são locadas por R\$ 50 mil por mês! Os R\$ 12 milhões são o total do período em que vai perdurar a concessão, os 240 meses. Então, dificilmente, nesta Cidade de Porto Alegre, vá se conseguir alguém que se disponha a pagar esse valor de locação pelo imóvel antecipadamente! O que a maioria quer é pagar depois que ocupa. E assim são as locações: só se paga ao final do mês, ao final do ano, conforme ficou contratado. Aqui está sendo antecipado, então eu quero dizer com toda a tranquilidade que não há como discutir a qualidade da negociação feita pelo Município. Eu não vou opinar a respeito das emendas, porque essas surgiram de última hora e eu não tive oportunidade de sobre elas me debruçar. Agora, quanto ao projeto, eu o levei para casa este fim de semana e o esmiucei. Ademais, vamos reconhecer o seguinte: a Petrobras de ontem não é a mesma Petrobras de hoje, e nós não sabemos como será a Petrobras amanhã. Se será bem dirigida, se vai dar grandes resultados ou se vai dar resultado negativo. Nesta Petrobras que hoje está atrapalhada, o Município está recebendo por antecipação R\$ 12 milhões que serão utilizados nas mais diversas atividades da cidade, que vão, evidentemente, para o Caixa Único do Município, vai ser utilizado na educação, vai ser utilizado na saúde, vai ser utilizado para qualquer outro fim, enfim, vai ser utilizado pelo Município que, por antecipação, está com esse fato. Lembro mais, a operação não

---

vai se esgotar nisso, ano após ano o Município terá receita proveniente da atividade ali desenvolvida, receita no Serviço de Qualquer Natureza, receita no imóvel em si, porque vai pagar Imposto Predial Territorial Urbano – enquanto perdurar a locação, ele fica obrigado a recolher para o Município. Então, além dos R\$ 12 milhões recebidos por antecipação, nós temos esse fato de que áreas que seriam ociosas no Município estão sendo utilizadas, gerando arrecadação para o Município, gerando renda, gerando emprego, de qualquer maneira atendendo aos objetivos da Petrobras neste momento. Era isto, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos falando aqui como se estivéssemos tratando de um terreninho e de uma lojinha que vende gás. Nós estamos falando aqui de dinheiro. Há pouco, nós derrotamos aqui um projeto que beneficiava a população de Porto Alegre, e a Prefeitura, no final de semana inteiro, até o Prefeito mandou *e-mail*, WhatsApp, telegrama, sinais de fumaça para os Vereadores implorando que não aprovassem o Projeto, porque a Prefeitura está sem dinheiro, porque a crise, porque não sei o quê! E agora nós estamos beneficiando os proprietários desses postos, que não são da Petrobras – esses postos são de alguém que tem a bandeira da Petrobras. Estamos beneficiando, sim! Eu queria esse negócio, porque o cara vai comprar um posto, que não é num terreninho, é num terreno – todos conhecem o posto na Av. Ipiranga, em frente à empresa jornalística, na esquina com a Erico Verissimo, é um posto imenso –, uma área muito grande, onde cabem quase cem carros estacionados. Esse posto vai custar R\$ 344.200,00. Esse posto vai custar na verdade R\$ 3.400,00 por ano. Quem é que não quer esse negócio da China? Nós temos um grande posto lá na Farrapos, 4.701, que vai custar R\$ 95 mil, Ver. Cecchim!

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Não, pelos 20 anos, Vereadora! Aí divide R\$ 95 mil por 20 anos, quanto é que vai custar esse posto por ano? Aí nós temos o posto da Baltazar de Oliveira Garcia, quase esquina com a Av. Manoel Elias, Ver. Cecchim, é um grande posto da BR que tem ali, esse posto vai custar, pelos 20 anos – 20 anos! –, esse posto vai custar R\$ 36.650! Quem não quer isso? Quem não quer isso? Quem não quer isso? A alegação é que vão dar o dinheiro numa vez só. Mas acabou-se de reprovar o projeto de beneficiar a população de Porto Alegre para abrir 16 postos de saúde, porque não tinha dinheiro. O Sr. Prefeito implorou aos Vereadores que votaram a favor das emendas, na quinta-feira, que votassem contra, porque não havia dinheiro, e, agora, está vindo essa fortuna que se diz aqui sem fazer uma licitação, sem fazer nada. Quem é que disse que outra bandeira não tem dinheiro para comprar? Quem é que disse que outra bandeira não pode comprar esses postos? Quem é que não quer um posto, por 20 anos, por R\$ 36.650? Quem é que disse que não quer um posto? Aquele posto na Av. Osvaldo Aranha, no Brique, senhores colegas Vereadores, aquele posto do Brique, na Av. Osvaldo Aranha, vai custar, por 20 anos – por 20 anos! –, R\$ 124.150,00. Não está errado, Ver. Pablo! É só pegar R\$ 2.483.000,00 e dividir por 20 – a matemática é uma ciência exata. É só pegar o valor de 20 anos, dividir por 20 e vai dar o valor por ano! E aí se divide por mês, e vai se ver quanto o cara vai pagar por mês. É só fazer isso! Desde que eu estudei, nas escolas públicas desta Cidade, a matemática é uma ciência exata. Está aqui o valor de cada posto de gasolina: o da Ipiranga custa R\$ 6.884.000,00; o da Osvaldo Aranha, R\$ 2.483.000,00; o da Baltazar, R\$ 733.000,00 e o da Farrapos, R\$ 1.900.000,00. Pega esses valores, divide por 20, e nós vamos ter o valor que esses postos de gasolina custam por ano. Então, eu queria dizer para os colegas Vereadores que, realmente, nós estamos fazendo um grande negócio da China para os proprietários desses postos de gasolina, sem fazer uma licitação, que é o que deveria ser feito. Daqui a pouco, tem outra bandeira interessada em comprar esses postos de gasolina. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Bom dia. Rapidamente, Ver. Cláudio Janta, eu queria fazer uma conta, porque acho importante esclarecermos não só para os Vereadores como para a nossa população. Esse valor de R\$ 12 milhões, é importante que fique claro, Ver. Janta, que o posto da Osvaldo Aranha, o valor dele é de R\$ 118.500,00 a cada ano! A cada ano, vezes 20! O da Av. Farrapos, são R\$ 62.500,00 a cada ano, vezes 20 da concessão! O da Baltazar de Oliveira Garcia, R\$ 39mil/ano, Ver. Cecchim, vezes 20! O da Ipiranga, que é o maior, R\$ 330 mil/ano, vezes 20! Isso vai dar em torno de sete milhões, o da Ipiranga! Bota 330 mil por 12 meses; bota 330 mil vezes 20, isso vai dar R\$ 6,6 milhões!

É importante fazer um esclarecimento sobre a importância desse valor, para o Município também poder cumprir todas as suas questões financeiras, salários entre outras coisas. E é importante salientarmos também, Ver. Alberto, Vereador que respeito muito, que esse trabalho, em 1997, no Governo do PT, também foi feito. Durante 20 anos, houve uma concessão, e agora nós estamos fazendo o mesmo modelo de concessão durante estes 20 anos, sendo que a Petrobras está pagando à vista esses R\$ 12 milhões.

Então, peço aos Vereadores que não confundam. Neste momento de crise que o Brasil vive, neste momento de crise que o Estado vive, a que o Município ainda não chegou, nós temos a responsabilidade de não deixar isso acontecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu acho que não há má-fé no projeto, mas há um vício danado de mandarem esse tipo de projeto no finalzinho, no último dia. Eu não vou votar no último dia! Se é uma coisa que é para renovar por 20 anos, por que eu tenho que renovar isso no último dia?! O ano tem 360 dias! Ah, vão me dizer: “Não, mas isso está na Câmara há três meses.” Eu vi esse processo agora. “Ah, tu podias estar organizado e olhar.” Não olhei! Agora estou olhando. Eu acho que está tudo certo, não tem má-fé, não tem jogo sujo, não tem nada nisso, acho

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

que está tudo bem; mas, pelo amor de Deus, não no último dia! De novo no último dia? Por que isso? Eu não vou votar esse projeto! Não vou fazer nenhuma obstrução, quero deixar claro que não vou obstruir a votação. Mas não vou votar, porque acho que isso é um desrespeito. É um desrespeito votar no último dia uma coisa tão importante quanto essa. E eu acho que a Prefeitura não tem que alugar, a Prefeitura não é imobiliária. Ela tem que fazer uma licitação para vender. Tem que vender essas esquinas. Se não vender, se o dono do posto não quiser comprar, que se ponha um depósito de melancia na frente do posto que aí ele vai comprar. Está muita barbada assim! Está muito barbada: renova por 20 anos. Vinte anos é uma vida! É uma vida! Todo mundo gostaria de renovar por 20 anos. Por que todas as permissões de uso são por cinco anos, e a do posto é por 20 anos? Vende! Tem que vender esse terreno, não alugar. “Ah, porque isso vai ajudar a fazer asfalto.” Que bom, disso nós precisamos! O Secretário Mauro está precisando para o asfalto, eu concordo com isso. Só que eu não concordo que me empurrem goela abaixo essas coisas sempre no último dia! Fazer extraordinárias de manhã... Eu não me importo com o trabalho, só que eu não vou votar! Não vou votar goela abaixo; no último dia, não! Doa a quem doer! Fiquem brabos os meus amigos ou não fiquem brabos, eu não vou votar um projeto no último dia para uma concessão de 20 anos! Isso não é para 20 dias, não é para dois anos, não é para cinco anos; é para 20 anos! E coisas da Prefeitura que são para 20 anos não se tem que alugar, tem que vender! A Prefeitura não é imobiliária, não é investidora em terrenos! A Prefeitura tem é que fazer asfalto, é verdade, mas faça com a venda dos terrenos, não com esses aluguéis módicos, bem módicos, como um posto de gasolina por três, cinco ou dez mil por mês. Qualquer lojinha na Av. Assis Brasil é dez mil por mês. “Ah, mas estamos em crise.” Mas a crise, se Deus quiser e, segundo o Governo, Janta, é por dois, três anos. Daqui a 20 anos, não tem crise.

Então, vamos fazer o seguinte, vamos dar uma olhada para ver se dá para pegar um pouquinho mais, ou vamos fazer uma licitação para vender esses terrenos. O que não dá é para, no último dia, na última Sessão, votar uma prorrogação para 20 anos! Não é para até o mês que vem, nem até a metade do ano que vem, é para 20 anos. E, para 20 anos, eu preciso ler melhor, até para ajudar a Prefeitura, para ajudar a Secretaria da Fazenda, para ajudar o Secretário Mauro Zacher, que está aqui se esforçando para aprovar o

projeto. Eu quero ajudar, mas não assim. Assim não dá! Assim, no goela abaixo, eu não vou votar esse projeto! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Exmo. Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, especialmente a comunidade que vem atentamente aqui acompanhar a votação do projeto de realinhamento dos bairros, que está previsto para hoje à tarde, um projeto importante, para o qual conseguimos obter consenso no traçado mínimo; e acredito que vai ser aprovado por unanimidade. E me permito fazer uma saudação ao nosso Secretário, Ver. Mauro Zacher, que acompanha aqui essa Extraordinária na manhã de hoje.

Estamos aqui debatendo esta pauta da renovação dos alugueis dos postos de gasolina da Petrobras.

Eu queria, inicialmente, fazer uma saudação, porque, na quinta-feira passada, nós tivemos a eleição para as entidades que têm assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que vem a ser o Conselho do Plano Diretor. E pela primeira vez, na história desse formato de Plano Diretor, Ver. Bernardino Vendruscolo, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis foi eleito e a partir do ano que vem terá um assento junto ao Conselho, que é integrado por 28 cadeiras. Nós elegemos cinco entidades do setor produtivo da construção civil, dos imóveis na Cidade. Vai estar lá representada a Agademi, o Sinduscon, a STICC, Sindimóveis, e pela primeira vez, na história de Porto Alegre, nesse formato de Plano Diretor, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio grande do Sul.

Então é com muita honra e orgulho que os corretores de imóveis vão estar ali dando a sua contribuição para o desenvolvimento da Cidade, para a ocupação urbana, organizada dos territórios da Cidade, nas áreas de ocupação intensiva, rarefeita. E nós queremos aqui dar o nosso testemunho e dizer que, em que pesem as considerações de alguns Vereadores, nos parece razoável o que está sendo proposto aqui – pagar R\$ 30 mil por

---



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

mês de aluguel não é qualquer comércio que aguenta. Nós temos um processo em tramitação que foi protocolado no final do mês de outubro, início do mês de novembro, que não está tão de afogadilho, assim.

Então, se é importante para a Cidade, se é importante para o Governo renovar – e vem aqui o Líder do Governo e nos faz esse apelo; nós tivemos uma reunião das Comissões Conjuntas, tem parecer aqui favorável –, nós queremos fazer essa manifestação. Eu conheço alguns postos de gasolina, praticamente todos, e aquele ali, na Redenção, que é um postinho deste tamanhinho, vai pagar R\$ 10 mil por mês? Não é brincadeira! Tem que vender muitos litros de gasolina!

Então, quero aqui fazer essa consideração e flexibilização no discurso. Se o Governo faz esse encaminhamento e pede o apoio dos Vereadores para dar sequência a esse contrato, terá por parte do nosso partido um encaminhamento favorável para que possamos dar sequência ao que está sendo proposto. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, certamente os projetos que são bons para a Cidade nós temos que avaliar e nos esforçar para o bem comum. Mas não podemos esquecer a legislação, não podemos dar aval sem o cumprimento de legislação, principalmente quando se trata de licitação, de prorrogação de prazos, como é o projeto que hoje está sendo apresentado numa Sessão Extraordinária, do último dia de plenário da nossa Câmara. Com a atenção que temos que ver, essa prorrogação por longos 20 anos, aprovada ou não no último dia de plenário... Nós devemos cumprir, sim, a legislação e não beneficiar, e aqui não estamos colocando em dúvida trâmites, sabemos que a Fazenda precisa captar recursos, mas vamos captar recursos assegurando que depois não irá respingar no Prefeito de Porto Alegre, porque quem responde é o Prefeito depois. Para repassar áreas valiosas, é necessária uma boa avaliação, é necessário que todos discutam melhor esse processo, que, pelo que eu estava olhando, é bem extenso, e a prorrogação nos deixa preocupados, pois 20 anos são 20 anos. E não estamos discutindo se o valor é muito ou pouco, vamos cumprir com a legislação. Para que tem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

licitação? Quando não se faz uma licitação, os contratos emergenciais, normalmente, quando as auditorias batem nesses procedimentos, respinga, sim, nos gestores.

Portanto, é um alerta que estamos fazendo sobre esse projeto, que vem numa Sessão Extraordinária, no último dia de plenário, como muitos projetos importantes que estão aqui. Tivemos o ano todo para debater melhor e votar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu me inscrevi, aqui, em nome do PCdoB, porque eu quero fazer uma reflexão, nesta tribuna, sobre esse projeto, Ver. Cecchim. Vossa Excelência diz que a crise do capitalismo termina daqui a dois anos. Então, pare de bater na Dilma. Pare de bater, todo o santo dia, desta tribuna, na Presidenta da República. O nosso País foi o último a entrar no processo, nesta crise. Segurou, durante anos, essa crise do capitalismo e, me desculpe, achar que essa crise vai terminar é estar enganado ou querer enganar. Eu creio que o capitalismo não resolve as mazelas que ele mesmo criou, são crises cíclicas, e, enquanto ele continuar exatamente sendo o que é, criando crises, criando inclusive guerras para poder manter a sua combatida economia que está baseada em fabricação de armas, enquanto o capitalismo for o que é, as suas crises serão cíclicas e não terminarão tão cedo. O Brasil, felizmente, conseguiu segurar um pouco mais, e agora nós estamos tratando do desenvolvimento; nós estamos tratando de desenvolvimento.

A concessão pública da Prefeitura Municipal para a Petrobras é colaborar, na minha opinião, para investir no País. Gera imposto, gera renda, gera emprego... E eu não sou capitalista; pelo contrário, sou contra, sou contra o capitalismo. Eu quero o socialismo, um dia, com a cara e a coragem do povo brasileiro – o nosso modelo, num processo em construção histórico. Que bom que a Petrobras se fortaleceu, apesar dos anos de neoliberalismo neste País. Houve inclusive uma tentativa de vender, de entregar a Petrobras. Eu me lembro que o Fernando Henrique Cardoso chegou a dar um novo nome para a Petrobras, era petrobrax – ele queria tirar o bras, de Brasil, e botar brax –, mas ela se fortalece, apesar do neoliberalismo que tentou vender a Petrobras, que tentou entregar

---

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

a nossa Petrobras, que está investindo no País. Então, eu vejo isso como um investimento, e parece que quem vem aqui colocar não é defensor do mercado, ou não estão entendendo que negócio de mercado é assim mesmo! O contratante que paga à vista paga mais barato.

E, por fim, para quem acha que a concessão de 20 anos para a Petrobras é muito tempo, eu pergunto: e as concessões da mídia? As concessões da rede Globo que são desde a década de 1960? Vamos discutir com seriedade, pelo menos essa é a ótica do PCdoB! Eu sei o estado em que vivo, sei o tipo de sociedade em que vivemos, e é contra ela que eu luto, uma sociedade do capitalismo, do dinheiro, da exploração, da opressão. Agora, não vamos aqui mascarar essa realidade! A realidade é que a Petrobras está investindo, adiantando os R\$ 12 milhões. Eu creio que é nessa concepção que o Governo está entendendo, porque hoje a Petrobras tem um papel fundamental mais do que nunca, e nós temos de fortalecê-lo. E, se Porto Alegre manda um projeto como esse, também está pensando em gerar emprego, renda, desenvolvimento, até porque é nos postos que se vende diesel e, infelizmente, nós ainda temos o escoamento de produção pelo meio rodoviário, para quem usa diesel, usa gasolina. Eu quero que volte, por exemplo, a ferrovia Norte-Sul porque nós vamos ter escoamento de produção muito mais barato! Mas, no momento em que estamos vivendo, isso aqui é investimento, sim, investimento da Petrobras, e o Município poderá gerar renda, empregos, impostos. Eu creio que é isso! Ouço aqui o Ver. Idenir Cecchim dizendo que vai votar contra o projeto e ele é um dos que defendem o capitalismo! O capitalismo é isso. Vamos parar com esse tipo de coisa, o que serve e o que não serve! É porque está o nome da Petrobras? Nós temos que referendar a Petrobras, que é um patrimônio do povo brasileiro. E é disso que se trata. Está-se adiantando justamente para ajudar a dinamizar a economia. Esta é a posição do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver.<sup>a</sup> Jussara, quem vendeu a Refap não foi o Fernando Henrique. Já que o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Fernando Henrique não tem mais representante aqui, vamos fazer esta justiça: quem vendeu a Refap não foi o Fernando Henrique! E eu vou lhe dizer que trabalhei oito anos na refinaria aqui em Canoas e me surpreendi quando fui encaminhar um pedido para efeito de aposentadoria, pois o nome da empresa era o nome de uma empresa Argentina. Por isso é que eu quero fazer este registro.

Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. me deixa desconfortável. Logo, quero dizer aos demais colegas que não vou votar favoravelmente a este projeto, em parte concordando com o que V. Exa. afirma na tribuna, mas o que me importa neste momento e o que considero para definir o meu voto é esta urgência de final de ano. Hoje é o último dia; nós temos, pelo que se viu, mais de 20 projetos para votar, e este é um projeto que requer cautela até para confirmar as suas afirmativas e a dos demais Vereadores que me antecederam na tribuna. Logo em seguida, faremos o encaminhamento para o adiamento da votação deste projeto para que possamos votar com mais calma. Não vou duvidar das afirmações de representantes do Executivo, que aqui estão, mas nós precisamos ter calma. Acho que é um projeto que precisa ser melhor avaliado.

Também concordo com que a Prefeitura não deve ser uma imobiliária, deve dar um jeito de vender os seus imóveis todos, não há necessidade de a Prefeitura manter um cadastro enorme de imóveis. Eu, Vereador, não tenho noção da quantidade de imóveis da Prefeitura que estão em uso de possíveis locatários, e outros nem tanto, porque nós sabemos que há alguns imóveis que estão sem uso, ou por falta de interesse ou por inoperância de um ou outro setor na Prefeitura, de forma que somos favoráveis a que haja uma venda de forma pública desses patrimônios da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Então, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. que traz o assunto e se pronuncia da forma que se pronunciou, pela experiência que tem e, na mesma linha, eu já tenho mais de 30 anos no mercado imobiliário, e afirmo que em negócios imobiliários a cautela nunca é demais. Então, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. também pode contar com o meu voto no sentido de adiar este projeto, ou, não conseguindo, votar contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero também me somar aos que estão pedindo prudência e tempo de avaliação para esta Casa. O Governo está bastante convencido; nós estamos com dúvidas em relação aos valores, se são, de fato, valores de mercado, temos dúvidas em relação a isso. E temos dúvidas com relação à forma de renovação, se não existiria necessidade, depois de todo esse tempo, de uma nova licitação; é uma área pública, o que justificaria a renovação? Tem que justificar com um grande benefício ao interesse público.

Ao lado disso, parece-me que seria, Ver. Prof. Alex Fraga, prudente – e falo aqui com o Ver. Kevin Krieger – nós podermos ter um tempo para analisar e nos comprometermos a votar em fevereiro, para podermos olhar o processo, olhar os cálculos, pegarmos os tamanhos e termos mais segurança para tomarmos uma decisão sobre 20 anos em áreas públicas estratégicas.

De todo modo, eu queria abrir, aqui, um debate sobre uma das áreas, que é a da Av. Osvaldo Aranha. Já adiantei ao Líder do Governo, queria conversar com os demais Líderes, já da tribuna. Aquele postinho da Av. Osvaldo Aranha, sem uma avaliação maior, é um posto muito pequenininho, uma nesga muito pequena, é um serviço inflamável que está superperto do HPS, Ver. Casartelli, que está numa área onde muita gente transita a pé, no sábado de manhã é uma confusão generalizada ali de entra e sai de pessoas, carros e bicicletas na Feira Ecológica. E eu entendo que nós deveríamos avaliar se, Ver. Delegado Cleiton, é o caso de renovar uma concessão de um posto de gasolina nesse lugar, Ver. Cláudio Janta, porque esse lugar poderia ser um bonito portal de abertura do nosso Brique. O Brique, que é internacional, abre com um postinho de gasolina. Então, acho que é uma oportunidade de pensarmos na ambiência da nossa Cidade, uma nova ambiência para aquele lugar. E eu estou propondo, fazendo uma emenda, convidando todos que queiram assinar, o Vereador Líder da nossa Bancada já assinou, suprimindo o inciso V e não realizando, Ver. Cecchim, a renovação, por ora, do posto da Av. Osvaldo Aranha. Porque ali me parece, o senhor foi Secretário da SMIC, que a gente ganharia um espaço, uma ambiência boa ali. Eu vejo pouca gente colocando gasolina ali, na verdade, as pessoas põem somente se for emergência mesmo. Ele até não é um posto competitivo no valor. E uma vez que cessou o período de concessão, é uma grande oportunidade para a Prefeitura pensar num portal de abertura do Brique ali, da feira ecológica, para

---

pág. 20

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

receber os turistas, não sei, de um nicho verde. Então, eu gostaria de propor que a Prefeitura não renovasse a concessão, dialogasse com o proprietário, não é um problema de enfrentamento, mas, até se precisar de um tempo para amortecer os prejuízos, mas que o destino daquele lugar fosse um destino para se integrar na ambiência entre o Pronto Socorro e as feiras que acontecem no sábado e no domingo. No outro lado tem floricultura, tem ali o mercado do Bom Fim, então ganharia uma valorização importante, um tratamento urbanístico humanizador e uma entrada, uma face, uma cara do Brique para o lado da Redenção.

Então, parece-me que é uma grande oportunidade, talvez o Governo não tenha se dado conta, por isso a importância do debate nesta Casa. Peço, então, a todos os Vereadores e Vereadoras que avaliem a possibilidade de aprovarmos a Emenda nº 02 e oferecermos, Secretário Mauro Zacher, à Prefeitura a oportunidade de repensar aquele espaço. Poderá mediar com o proprietário do posto, ou explorador, por um tempo, um amortecimento, e realizar ali um empreendimento, uma nova cara para o nosso Brique, para a nossa Redenção.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, ao PLE nº 037/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver. Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 037/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 037/15.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLE nº 037/15.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas funcionários, senhores e senhoras que nos assistem aqui e através da TVCâmara, eu vou ser curto e grosso, como diria meu sogro, lá na cidade de Erechim. Eu concordo com a prudência de alguns Vereadores. Eu concordo com esse sentimento de querer avaliar e analisar melhor os projetos. Mas discordo, muitas vezes, de alguns que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

sobem aqui e dizem que temos que aprovar no atropelo dos últimos dias. O atropelo nos últimos dias significa os dias em que foi retirado o quórum, os dias em que as Sessões terminaram bem mais cedo. Então, temos que ter aqui, hoje, uma sessão de três turnos. Senhores, nós tratamos aqui uma prorrogação de um contrato que foi efetuado em 1996, pelo Partido dos Trabalhadores. E agora venho aqui ouvir que nós temos que fazer licitação para que sejam prorrogados por mais 20 anos nengas e espaços que não servem nem para construção. E aí eu queria saber da Ver.<sup>a</sup> Sofia se os funcionários desse posto de gasolina vão receber aula de artesanato para encher as latinhas das crianças de feijão e arroz. Porque simplesmente vamos fechar o posto que dá emprego, para fazer um portal de abertura! Eu respeito muito o brique e respeito muito os artesãos que lá expõem, frequento lá. Mas, simplesmente, fechar um espaço que dá emprego. E outra, Ver.<sup>a</sup> Sofia, esse contrato foi elaborado, não sei há quantos anos, pelo seu partido, e se respeitou isso. Então, é isto que eu venho dizer aos senhores, que respeitem o espaço - nengas e pedaços nos quais não pode nem ser construído. Obrigado, senhores. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 01 ao PLE nº 037/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 037/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 037/15, como autora.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Apenas encaminho que para fique mais clara a minha proposta, porque, pela intervenção do Ver. Delegado Cleiton, não ficou claro na primeira fala, e lamento que o Vereador não tenha usado todo o tempo e não tenham permitido o diálogo. Que pena, Ver. Delegado Cleiton! Acho que o diálogo qualifica.

A minha sugestão é que nós não renovemos agora a concessão do posto de gasolina da Osvaldo Aranha, que o Município negocie com esse posto um prazo menor, pense e dialogue com os feirantes da Feira Ecológica, no sábado de manhã; com o pessoal do Brique, no domingo; com o HPS; que consulte com a capela Espírito Santo, que é uma igreja bem na frente.



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

A Cidade poderia abrir mão desse posto de gasolina ali para construir uma nova frente, uma nova entrada, um novo rosto para um espaço, que é um espaço internacional hoje na cidade de Porto Alegre, que é o espaço do Brique da Redenção.

Ver. Kevin, esse espaço não é qualquer um e, infelizmente, ele tem um posto de gasolina como fachada de entrada.

Vejo aqui que o nosso Vice-Prefeito está entrando, e quero falar diretamente com o Ver. Sebastião Melo, nosso Vice-Prefeito: eu estou sugerindo, Vice-Prefeito, que o posto da Redenção vire um portal, vire um nicho verde. Não sei o que se faria ali, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, mas se daria uma nova cara para o Brique e para as atividades que ali acontecem sexta-feira, sábado e domingo. É um local de confluência de muita gente, a pé, de bicicleta, não é um lugar exatamente para abastecimento de carro, nem sei como convivemos com bombas de gasolina, com tanque de gasolina, do lado do HPS, na frente de uma igreja, ao lado da feria ecológica. Então, considero um momento extraordinário para esta Câmara sinalizar ao Governo que gostaria de um novo ambiente nesse lugar. E conceder, agora, por 20 anos, complica muito mais para a Prefeitura. Quanto aos empregos, eu acho plenamente possível e factível negociar um tempo menor com este posto. “Ah, precisa amortizar”. Fica mais um ano. Por que renovar por 20 anos se podemos mudar o espaço do Bom Fim? Por que não estamos consultando a população do entorno, para ver o que ela prefere para aquele nicho? Não é qualquer lugar, é muito diferente da esquina da Erico Veríssimo, que é um lugar nobre, ali é um lugar de alta velocidade, de alto movimento, de confluência de várias vias, muito diferente da Osvaldo Aranha, que é um ponto estreito, um ponto conflagrado, as pessoas ficam entrincheiradas no meio da Osvaldo Aranha. Experimente acompanhar ali, na sexta e no sábado, há quase que uma pontezinha na frente do posto para as pessoas passarem protegidas, entre os carros e o posto de gasolina. As pessoas se enfileiram para cruzar ali, com criança, com cachorro, com carrinho de bebê, com bicicleta. Nos precisamos daquele espaço para convivência. Gostaria que nós tirássemos, dessa renovação de 20 anos, Ver. Paulinho, esse posto de gasolina. Não significa que não vá renovar, mas por um prazo menor, para dar oportunidade de a Cidade construir algo diferenciado naquele lugar. É uma sugestão, uma proposição, espero que mais Vereadores e bancadas possam debater esse tema. Sei que é muito novo, mas, se a gente não parar para pensar sobre aquele lugar, só daqui a 20

anos, sob pena de termos multa, prejuízo para o Governo e para o interesse público, melhor dizendo, nós não vamos conseguir mexer naquele lugar.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Registramos a presença do nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo. Seja sempre bem-vindo.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 037/15.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Sr. Vice-Prefeito Sebastião Melo, parabéns por vir discutir este importante projeto do 4º Distrito, do Investe Poa. Acho que o senhor fez muito bem, é um projeto realmente importante para a Cidade. Meus cumprimentos por esta atenção que V. Exa. e o Governo estão dando à nossa Zona Norte, particularmente, ao 4º Distrito, que precisa dessa atenção particular. Quanto à emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia, eu não posso, Ver. Bernardino, eu, que estou reclamando que a galinha está dando poucos ovos - eu quero mais lucros sobre aquele terreno -, não posso querer matar a galinha! Então, eu não tenho como votar, Ver.<sup>a</sup> Sofia, este projeto. Eu quero mais renda para o Município, não que se mate a galinha dos ovos, que se acabe com o posto, não é por aí. Então, votarei contra esta emenda também, porque o posto não está incomodando ninguém, ao contrário, abastece quem quiser, mas este espaço não atrapalha em nada o Brique da Redenção. Ao contrário, preserva um lugar a mais porque, se não, a essa hora, estaria cheio de índios vendendo coisas que não são de índios, como está acontecendo no Brique. Voto contra essa emenda por isso, não quero matar a galinha, apenas quero que ela renda mais ovos por dia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 02 ao PLE nº 037/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)  
**REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o PLE nº 037/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

**O Sr. Paulinho Motorista (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 277/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLCE nº 026/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Bom dia a todos e a todas. Eu me inscrevo em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex Fraga, porque tem duas matérias que tratam das finanças municipais e que são extremamente preocupantes. A primeira é este projeto que cria o Sistema Financeiro da Administração Centralizada, construindo uma lógica de caixa único na Prefeitura de Porto Alegre com relação aos recursos municipais. Duas discussões precisam ser feitas neste momento. Primeiro, da ausência da discussão com o conjunto dos fazendários e o conjunto dos municipais e municipais de Porto Alegre. São eles que conhecem a vida financeira e que sabem das dificuldades da arrecadação e da necessidade de mudar a lógica do sistema. Nós poderíamos discutir o SIAT, nós poderíamos discutir uma informatização que trouxe prejuízos para o Município de Porto Alegre, seja num contrato que poderia não ter sido feito com a Consult, que foi sustado pelo Tribunal de Contas do Estado e que gerou menos arrecadação de IPTU, seja pela lógica de centralizar esses recursos.

Quando a gente olha, Ver. Aírto Ferronato, os exemplos de caixa único que nós temos, nós vemos a gravidade da situação. Hoje, o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, é um péssimo modelo de caixa único. Nós estamos fechando o ano de 2015 com o funcionalismo sendo obrigado a fazer empréstimos no Banrisul para receber o 13º. E o Secretário da Fazenda diz que o funcionalismo público vai ter que arcar com os juros, e não o Governo Estadual, que não pagou e não honrou suas obrigações com os

---

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

trabalhadores e trabalhadoras para seguir pagando uma dívida com a União, que é uma dívida ilegal, é uma dívida construída com cláusulas de agiotagem, é uma dívida que foi contraída lá no Governo Britto. E, muito embora o Governo tenha aceitado juros flexíveis – o Governo Britto e o Governo Fernando Henrique –, ou seja, cláusulas extremamente preocupantes e temerárias para o Estado do Rio Grande do Sul, mesmo assim, continuam pagando religiosamente, mês a mês, ano a ano. O Estado hoje deve cinco vezes mais do que os valores contratados lá em 1998, o que é um verdadeiro escândalo; é um verdadeiro escândalo, é uma lógica de agiotagem.

Um debate tão importante como esse não pode ser votado aos 45 do segundo tempo. Nós queríamos iniciar esse debate com o conjunto dos Vereadores sobre os modelos de caixa único que nós temos e que, na verdade, têm se mostrado os piores modelos no que diz respeito aos investimentos, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e ao povo do Rio Grande do Sul, como é o caso do Governo do Estado.

O segundo, que vem logo em seguida, é um absurdo completo, porque cria uma empresa de investimento a partir da construção de uma sociedade de economia mista em que a Prefeitura entra com recursos públicos. Todos os imóveis da Prefeitura vão ser usados nesse modelo de capitalização, e ele permite à Prefeitura, junto com empresas privadas, entrar no mercado de capitais, colocar dinheiro público em títulos podres ou em fundos de investimento de alto risco, o que é uma lógica extremamente complicada: seja a lógica de colocar o Município como parte e como uma das empresas dentro do sistema financeiro, seja pelo momento de crise econômica, seja pela temeridade de investimentos de alto risco, que podem levar o Município a perder recursos; seja a lógica de colocar os imóveis da Prefeitura de Porto Alegre, que deveriam servir para moradia popular, numa lógica de mercantilização e de financeirização; seja a lógica de criar uma casta com altos salários que coloque o dinheiro público para financiar negócios privados. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, com a Previ, que é o fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil, que entrou no mercado de ações comprando títulos de empresas, como a Sadia e a Perdigão – que geraram mais desemprego com a fusão –, e usou o dinheiro da aposentadoria dos trabalhadores para financiar grandes grupos capitalistas nacionais.

Então, são dois projetos extremamente temerários, que terão o nosso voto contrário, tanto o meu quanto o do Ver. Alex Fraga. Deixo aqui o nosso pedido de que não se vote, a

toque de caixa, matéria tão importante no que diz respeito à saúde financeira do Município de Porto Alegre e a uma lógica de financeirização dos recursos.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 026/15.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu estava acompanhando a manifestação da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e, como relator do projeto, cabe a mim fazer uma pequena exposição daquilo que eu compreendo como correto dentro da gestão de recursos públicos, essencialmente das grandes cidades do País, em que Porto Alegre se insere.

A esmagadora maioria dos Estados brasileiros já aprovou a gestão do caixa único, através do caixa único. Grande parte dos maiores Municípios do País também já adotou o caixa único, e é por isso que nós estamos aqui defendendo a proposta. Também existe uma sugestão do próprio Tribunal de Contas neste sentido. Primeiro: existem alguns fundos que são excluídos do caixa único. Isso está no art. 4º do projeto: Previmpa, DMAE, Fundo de Saúde, Fundeb e Fundo Monumenta Porto Alegre; Fundo do Patrimônio Histórico, Fundo de Defesa do Meio Ambiente; e os convênios.

Primeiro, numa centralização dos recursos financeiros da Prefeitura, se melhora a gestão financeira do Município de Porto Alegre. Em segundo lugar, quanto às aplicações de recursos, todos sabemos, quanto maior é o montante, maior é a remuneração que as instituições financeiras estão dispostas a pagar. Portanto, só aí temos duas vantagens muito interessantes.

Eu quero registrar uma coisa que eu ouvi: que o que a Prefeitura de Porto Alegre, hoje, arrecada está quase equivalendo às Receitas que ganha o Estado do Rio Grande do Sul, portanto, numa centralização de recursos, ganha Porto Alegre por duas questões: primeiro, por melhorar a gestão e, segundo, pela remuneração maior que se capta quando da aplicação dos recursos junto às instituições financeiras aqui de Porto Alegre. Portanto, o meu parecer foi favorável, vou votar favoravelmente e peço que os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras votem conosco. Muito obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLCE nº 026/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 026/15.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não fizemos na forma de emenda, mas eu gostaria de levantar um aspecto desta questão do caixa único. Nós sempre trabalhamos dessa maneira, os nossos governos das Administrações Populares, porque um governo, às vezes, se aperta num tema, joga no outro, uma área, trabalha com fluxo de caixa e com isso tem condições de fazer gestão no Município. Acho que nós não precisamos engessar absolutamente a gestão, desde que haja transparência, desde que se possa acompanhar todas as movimentações. Tem só uma questão que nos parece importante registrar aqui, é um tema muito parecido com as polêmicas pedaladas que alguns argumentam que deveriam, inclusive, justificar o *impeachment* da Presidente Dilma. Ora, senhores, se eu não posso, na minha casa, pagar uma conta, e essa conta é possível de pagar daqui a três meses, eu farei isso, vocês farão, todos faremos, e foi assim que trabalhou a Presidente Dilma em relação aos bancos públicos, optou por manter programas sociais e depois integralizar os compromissos com os bancos. É assim que está trabalhando o Governador Sartori. Os funcionários que têm direito ao décimo terceiro, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, estão tendo que buscar empréstimo no banco. E esse empréstimo não é individual, não é seu! Os encargos, os juros quem vai assumir é o Governo do Estado. E a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores votou a favor, Ver. Nereu, lá na Assembleia Legislativa - a favor -, aprovando a possibilidade de empréstimo, apesar de nós questionarmos muito a falta de medidas, a falta de iniciativa, de gestão e principalmente a absoluta ausência do Governo do Estado nas iniciativas em relação à segurança pública, sem nomeação de brigadianos, delegados e tal. Então eu quero deixar muito claro que nós entendemos que os Governos, Ver. Cecchim, desde que transparentes, desde que seja possível acessar, controlar, devem usar instrumentos de gestão flexíveis, o mais flexíveis possível, desde que não se suprimam recursos de áreas estratégicas vinculadas, como é o caso da saúde, da educação, etc.

E tem um último elemento, importante na minha opinião, que está ocorrendo, e quero fazer um apelo da tribuna, são os recursos que não são orçamentários, Ver. Paulo Brum.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

A Kinder, que é uma instituição que atende a crianças com deficiência – e vários Vereadores e Vereadoras aqui eu sei que colaboram –, é uma instituição que captou recursos, Ver. Prof. Alex, em empresas. Foi lá, captou através do Funcriança, e esses recursos estão no caixa Único, porque essa é a sistemática hoje, e a Prefeitura – não é seu o recurso – não desembolsa. Isso eu acho errado. Isso é errado! A Prefeitura não pode contar com recursos captados pelas entidades que têm compromissos a honrar, que estão pagando o décimo terceiro salário, que estão pagando suas contas. Esse recurso não é da Prefeitura, não lhe pertence! E a administração da Kinder, na semana passada, estava desesperada pedindo. O Ver. Kevin Krieger conhece muito bem a instituição Kinder, pois foi Diretor a FASC, e a Kinder tem convênio com a FASC, tem convênio com a Prefeitura. Venho fazer um apelo desta tribuna, vamos votar inclusive no caixa único; agora, que sejam percentuais constitucionais. Ver. Airto Ferronato, recurso que foi captado pelas entidades não é da Prefeitura, tem só que repassar! Tem que ser encaminhado para as entidades. A Kinder está aguardando recursos seus, que empresários colocaram no Funcriança, que estão no caixa único, dos quais a Prefeitura não pode se apropriar. Então, quero aqui fazer um apelo: nós vamos votar a favor do caixa único, mas há questões que têm que ser honradas. Falo disso, e falo dos R\$ 2,5 milhões da emenda popular do ano passado que está no Orçamento, que vão para as creches comunitárias. Eu acho que a Prefeitura tem escolhas a fazer – tem, sim! – e, por favor, as faça para quem trabalha com quem mais precisa!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLCE nº 026/15. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

Em discussão o PLL nº 277/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 277/15. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/15.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias e da TVCâmara, este projeto parece simples, mas não para aquelas pessoas que tiveram um parto prematuro, para que possam vir a ter um



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

parto prematuro e para os números. Hoje, no Brasil, 12% dos partos são de forma prematura; 12% das complicações nos partos, hoje, são devido à prematuridade dos partos; e, hoje, o parto prematuro é fator determinante do maior índice de mortalidade infantil, tanto no Brasil quanto no mundo. Então eu peço aos colegas a aprovação do Projeto, para que o dia 17 de novembro passe a ser uma data importante para a Prefeitura e para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em discussão o PLCE nº 026/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCE nº 024/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

**APROVADO** por 25 votos **SIM**. Aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Kevin Krieger, Mendes Ribeiro, Airto Ferronato, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Elizandro Sabino, Carlos Casartelli e Paulinho Motorista, ao PLL nº 170/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 170/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 170/15. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 170/15.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Bom dia, senhoras e senhores, o projeto que apresentei em conjunto com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna é um projeto que dispensa ideologias. Não é um projeto de direita, não é um projeto de esquerda, não é um projeto de oposição ou situação. Este projeto é um projeto humanista, é um projeto que resgata a dignidade das crianças de zero a seis anos, que já são, ao natural, isentas do pagamento da tarifa de transporte público em Porto Alegre. Porém essa isenção se dá mediante a passagem por baixo da roleta ou então obriga os responsáveis ou familiares dessas crianças a passarem as mesmas por cima do equipamento. Esse tipo de manobra, tanto por baixo,

quanto por cima, acarreta, muitas vezes, riscos, tanto à criança, que pode se machucar nesse movimento, quanto aos seus responsáveis, que podem também sofrer algum tipo de lesão ou desequilíbrio ao erguerem o pequeno. Portanto, venho a esta tribuna manifestar a minha preocupação com isso, o que motivou a proposta desse projeto de lei. O projeto de lei foi, na verdade, uma inspiração a partir de conversas que tive com um amigo, morador lá da Zona Norte, que mostrou a sua preocupação com esse tipo de prática recorrente no Município de Porto Alegre, o Francisco Carlos Barbosa, a quem eu gostaria de dar um destaque especial. Também gostaria de agradecer ao Rodrigo, assessor parlamentar na EPTC; à Diretora de Transportes da EPTC, Maria Cristina Molina Ladeira, e ao Sr. Morales, Gerente da Carris, com os quais estive reunido na sexta-feira à tarde, justamente para debater, para discutir a melhor forma de propor esse projeto.

A partir disso, nós construímos a Emenda nº 02, que amplia um pouco as possibilidades de usufruto dessa isenção, não necessariamente apenas pela liberação da catrata eletrônica, mas também para a subida e descida dos menores pelas portas dianteira ou traseira do coletivo. Então quem vai decidir isso, justamente, é o Governo, seus técnicos responsáveis e competentes para tal.

**A Sra. Fernanda Melchionna:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rapidamente, eu quero cumprimentá-lo. Nós assinamos esse projeto juntos, de autoria da bancada do PSOL, mas a ideia foi sua, em conjunto com o Francisco; é um projeto que visa resguardar direitos para essas crianças. Imaginem num dia de chuva, em função de uma liberação que já existe, e as crianças passando por baixo da roleta, sujando a roupinha, e fora o fato de que nós precisamos garantir essa dignidade para essas crianças sujeitas de direitos, e, a partir desse projeto, da aprovação, da regulamentação, felizmente nós vamos ver as crianças podendo usar o ônibus sem pagar passagem, como já é previsto de zero a seis anos, mas de uma maneira digna, de uma maneira tranquila, de uma maneira a garantir direitos para a criança e também para a mãe, para os pais, para os acompanhantes, que sempre ficam muito constrangidos com essa situação de terem que passar a criança por baixo da roleta. Parabéns pela tua iniciativa.

**O Sr. Paulinho Motorista:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Professor Alex, V. Exa. sabe que trabalhei 24 anos como motorista, do que eu me orgulho sempre de falar, e, com certeza, o seu projeto é de extrema importância para a população de Porto Alegre, porque eu sei o que o passageiro passa para carregar o seu filho, tanto por cima da roleta, como o arrastando por baixo, estragando a sua roupa. E, com certeza, até nos movimentos que o motorista vai fazer, porque, como motoristas, não temos como prever o que irá acontecer na frente. Se atravessa alguém na frente, tu tens que frear o carro, está lá a pessoa carregando o seu filho no colo, acaba atrapalhando toda a situação, acaba machucando a criança e também os usuários. Meus parabéns. Com certeza, votarei a favor, Ver. Prof. Alex.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Muito obrigado, Ver. Paulinho Motorista, o senhor, com conhecimento de causa, muito me honra o seu comentário.

**O Sr. Delegado Cleiton:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quem é que vai fiscalizar se liberarem a roleta ao cobrador de ônibus?

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Ver. Delegado Cleiton, por isso a reunião com a EPTC feita na última sexta-feira à tarde. Não necessariamente vai haver a liberação da catraca; esse era o meu projeto inicial, aí nós emendamos e liberamos também a transposição do dispositivo. Então, a subida e a descida podem ser feitas pela porta da frente, ou então subida e descida pela porta de trás. Quem vai determinar isso são os especialistas, os técnicos da EPTC.

**O Sr. Paulinho Rubem Berta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, quero parabenizá-lo pelo projeto. Eu também fui, por diversos anos, como meu colega Paulinho Motorista, cobrador de ônibus. Realmente, a dificuldade é muito grande para uma mãe, para uma senhora, muitas vezes, com duas, três crianças, com vários pacotes, várias sacolas, transpor a roleta – isso se torna um caos. Além de nós sabermos que os nossos ônibus, hoje, têm uma lotação um pouco excedente. Então isso vem facilitar. E eu quero parabenizá-lo por sua sensibilidade, e pode ter certeza de que isso

vai beneficiar as pessoas que usam o transporte coletivo, principalmente as mães. Parabéns.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Muito obrigado, Ver. Paulinho Rubem Berta.

**O Sr. Marcelo Sgarbossa:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, eu ia me inscrever para falar no projeto, mas faço aqui uma saudação parabenizando-o pelo projeto e lembrando desse tema tão importante que é a mensagem que nós passamos para as crianças e para todo mundo que assiste àquela cena, uma mensagem negativa, literalmente, ao pular a roleta, no sentido de, digamos, parecer infringir uma norma, ou não colocar a criança, o adolescente, enfim, como um sujeito de direitos. Então, acho que é um projeto fantástico, porque ele tem também um simbolismo enorme no sentido de tornar um reconhecimento àquela criança que está ali junto com a sua mãe. Parabéns.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Muito obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa.

**O Sr. Dr. Raul:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, quero saudá-lo pela iniciativa, dizer que, com certeza, votaremos juntos para o bem da cidade de Porto Alegre, para as crianças e suas mães.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Também estamos juntos. Desejamos que todas as crianças com menos de seis anos andem acompanhadas nos ônibus; de fato, a grande penalização também é das mulheres, das mães, que carregam as crianças, pagando; enfim, é uma confusão, uma pressão, um assédio que elas sofrem e que é muito grave. Então, protege-se a criança. Hoje nós já temos o Vou à Escola, acho que isso é importante, as crianças têm carteirinha a partir dos seis anos em Porto Alegre, todas as crianças que têm que pegar ônibus. Na verdade, o projeto Vou à Escola já vem desde a Administração Popular. As crianças terão que ter, nos quatro e cinco anos, no início do ano que vem, porque se tornará obrigatório. Então, está-se protegendo as crianças menores ainda em situação de não irem à escola ou

outras situações. Não se trata apenas das escolas, acho que é uma iniciativa excelente, humanizadora, protege as nossas crianças. Parabéns.

**A Sra. Jussara Cony:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alex, quero cumprimentar V. Exa. e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que é coautora do projeto. Quero dizer que tive a maior honra de ser relatora deste projeto, que humaniza, democratiza e ajuda a não ter evasão escolar. Eu vivenciei com filhos, com netos e já estou vivenciando com bisnetos. Parece que aquilo é um castigo, é uma necessidade para chegar à escola, e, nesse sentido, creio que vamos ter o olhar da Cidade muito agradecido a esta Câmara Municipal, por um projeto como este, porque, para um pai, para uma mãe, para uma avó – as avós cuidam muito também, nós sabemos disso –, é muito doloroso ter um comportamento que agrida a criança como ser humano. Meus parabéns. Estou muito contente de ter sido relatora deste projeto.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Muito obrigado, Srs. Vereadores. Agradeço as manifestações favoráveis dos Vereadores que, no microfone de aparte, fizeram as suas colocações. Acredito que este projeto vai ter aceitação e uma votação unânime. Em nome de todas as crianças de Porto Alegre, dentro dessa faixa etária, agradeço a vocês. E um bom dia de trabalho para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 170/15.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores e senhoras, público que nos assiste através da TV Câmara, trata-se de um projeto importante e que está amparado no art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz assim: “A criança e o adolescente [e no caso aqui nós estamos tratando de criança, porque o projeto prevê as crianças de até seis anos] têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que

permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Nós estamos falando aqui de desenvolvimento, nós estamos falando aqui de garantias de dignidade às crianças.

Então, eu quero parabenizar o Prof. Alex pela iniciativa, nós conversamos, desde o início deste projeto, quando V. Exa. veio falar conosco a respeito do projeto, eu havia assegurado e dito que era um projeto bom, importante. Eu passei por baixo da roleta, então, a gente sabe o que realmente é isso, e o projeto é bom. E aqui eu quero também destacar a disposição do Governo, que neste momento senta com o Prof. Alex e busca uma alternativa que é extremamente fundamental e importante para a discussão e para que possamos garantir a aprovação do projeto. O termo transposição do dispositivo traz, efetivamente, essa possibilidade, a viabilidade da subida e descida pela porta da frente – subiu pela porta da frente, desce pela porta da frente; subiu pela porta de trás, desce pela porta de trás. Então eu quero parabenizar o Ver. Prof. Alex, e também parabenizar o Líder do Governo, o Ver. Kevin, que fez parte dessa interlocução; o Presidente da Carris, Zimmermann; o Presidente da EPTC, Cappellari; o Rodrigo, a Maria Cristina e o Morales, que, juntamente com o Prof. Alex, a base do Governo se reúne e busca a medida alternativa para trazer a melhor solução. E o Ver. Kevin Krieger que foi, juntamente comigo, Conselheiro Tutelar desta Cidade, atuando no tema da criança e do adolescente, lhe concedo um aparte, com muita honra.

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Elizando, na semana passada, quando estávamos avaliando os projetos que teríamos para votar nesta segunda-feira, tu me falaste exatamente desse projeto e que teríamos que tentar buscar uma solução em que não houvesse dificuldade dentro do sistema de transporte público, mas que nós deveríamos, pela nossa causa, pela nossa história no Conselho Tutelar, tentar buscar uma mudança através de uma emenda. Junto com o Ver. Prof. Alex e a nossa assessoria, marcamos uma reunião na EPTC, junto com os técnicos da EPTC e da Carris, buscou-se essa emenda, e todos os Vereadores praticamente estão assinando, estão melhorando e qualificando o projeto, que será fundamental para as nossas crianças de zero a seis anos. Muito obrigado.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Muito obrigado, Ver. Kevin Krieger, que tem um amplo conhecimento a respeito do tema criança e adolescente, foi Conselheiro Tutelar da Cidade, trabalhou na FASC. Prof. Alex, a consideração da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, também professora, a respeito da responsabilidade dos pais no acompanhamento das crianças também foi um ponto muito importante, porque, realmente, estamos tratando de crianças com menos de seis anos, e a companhia dos pais, que são diretamente responsáveis pelas crianças que estarão sendo beneficiadas com esse projeto, é fundamental. De forma que parabeno, e juntos estaremos votando o projeto e a Emenda nº 02 para a sua melhoria. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 170/15.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoas que nos assistem através da TVCâmara, lendo e me inteirando do projeto do Prof. Alex Fraga, primeiramente queria dizer que a Bancada do Partido Progressista vai apoiar integralmente esse projeto e sua emenda, através do Líder do Governo, que foi muito feliz na sua colocação. Mas quero registrar aqui a sensibilidade do Prof. Alex quando entrou com esse projeto, porque sabemos muito bem, e falo aqui não como Vereadora, falo, primeiro, como mulher, como mãe, e hoje também como avó de três meninas pequenas, o quanto é importante a construção da autoestima para as nossas crianças. Nós devemos educar, promover a importância do valor que tem a autoestima, pois é um sentimento que as crianças, as pessoas, têm de si mesmas.

Então, no momento em que nós levamos uma criança para utilizar um transporte público, e orientamos essa criança para que ela passe por baixo ou por cima de uma catraca, nós estamos passando, para ela, um valor a menos, algo de diminuição. Do contrário, nós estaremos tratando-as exatamente igual às outras pessoas que estão ali, ou seja, a autoestima é um sentimento de importância, de valor.

Eu quero, aqui, dar os parabéns ao Prof. Alex pela sua sensibilidade, pois, neste momento, em que estamos vivendo uma crise tão grande de valores, o senhor entra com um projeto desta grandeza. Eu quero fazer este registro e dizer que, como Líder da



Bancada do Partido Progressista, na cidade de Porto Alegre, juntamente com os Vereadores Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel e Kevin Krieger, nós vamos apoiar o seu projeto, com muita alegria, pelo futuro das nossas crianças da cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 170/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, acho que, neste instante da vida brasileira, mais do que nunca, nós temos que cuidar o que escrevemos nas leis. Há bem pouco, aqui na Casa, se aprovou, por unanimidade, autorização para praticar, no Município, o sistema de caixa único, que vem ilegalmente sendo praticado no Brasil inteiro, até o presente momento, sendo, inclusive, de certa maneira, a matriz pelo qual está sendo movido processo pelo *impeachment* da Presidente da República. Ocorre que, a lei – como diria o grande sábio João Dib – tem que ser precisa, concisa e objetiva. A lei, proposta pelo Ver. Prof. Alex Fraga e pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda, é concisa, objetiva, mas eu não diria a mesma coisa com relação à precisão. Primeiro, o Ver. Prof. Alex disse que o objetivo da lei é impedir que as crianças tenham que rastejar por debaixo da roleta porque isso seria anti-humano, antissocial e deplorável sob todos os aspectos, e eu concordo com isso. Mas eu não entendo que a legislação atual imponha que a concessão desse benefício só de dê dessa forma. Eu, inclusive, li alguns relatórios técnicos da EPTC e observei o seguinte: que o cuidado que se tem é de saber se os assentos nos ônibus serão ocupados para mais de uma pessoa, porque é assim que, no final, se calcula o preço do transporte coletivo na Cidade. Aliás, o transporte coletivo da Cidade, Ver. Prof. Alex – eu não estou dizendo novidade nenhuma porque já afirmei inúmeras vezes –, sofre do mal que ocorre em toda Nação brasileira, na qual muitos benefícios são dados e não se estabelecem, com clareza, como esses benefícios serão suportados. E, na maioria das vezes, o Estado, a União, os Estados-Membros, o Município vão suportar; como se o Estado, a União, os Estados-Membros e os Municípios fossem geradores de alguma forma de riqueza. Não. Esses órgãos só gastam e cobram tributos. Então, quem paga por esses benefícios sempre é o usuário. E,

---

pág. 37

no transporte coletivo por ônibus, essa situação se agrava, e a injustiça se avoluma, na medida em que as isenções – que no Município de Porto Alegre chegam a 30% da tarifa – são suportadas pelos usuários do sistema que pagam a sua passagem e de mais aqueles que são liberados do pagamento. O que pretende o autor é que a catraca seja liberada da utilização dos serviços de transporte coletivo por ônibus às crianças de até seis anos de idade.

Bom, na liberação das catracas, no sistema atual, toda vez que é liberada uma passagem de alguém pela catraca há a contagem de mais uma pessoa que está sendo transportada dentro daquele veículo. E, à medida que essa pessoa que está sendo transportada nesse veículo, ela vai contar num delta x pequeno ou grande, mas vai contar na fixação da tarifa ao final da mesma.

Os autores, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda e o Ver. Alex, tiveram inicialmente a cautela de colocar o art. 2º, que dizia que o Executivo Municipal regulamentaria o disposto na lei no prazo de 120 dias a contar da data da sua publicação. Certamente, o Executivo Municipal iria dizer como este fenômeno deixaria de ocorrer, se ele ia estar com condições de alterar o programa da catraca ou não. Este artigo, que eu considero bom, V. Exa. está retirando. A Emenda nº 01 suprime o art. 2º do projeto de lei, e é assinada pelo seu colega, Ver. Melchionna, o Ver. Prof. Alex. Aí a dificuldade começa a surgir, porque o que seria possível de ter algum tipo de conserto aqui não acontece. Eu vou votar contra a sua emenda. A sua emenda liquida com o projeto, no meu entendimento.

**O Sr. Prof. Alex Fraga:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pujol, a Emenda nº 01 retira o tempo para a regulamentação pelo Executivo. A ideia é dar mais liberdade e o tempo que for necessário para a implementação do projeto.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** No início do meu pronunciamento, eu disse que temos que ter cuidado com o que se escreve nas leis, porque o que está escrito é “suprime-se o art. 2º do PLL nº 170/15”. Suprime-se. Sai todo o projeto. Não é só o tempo, é tudo.

**O Sr. Prof. Alex Fraga:** Não, sai o art. 2º.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** O art. 2º diz que o Executivo Municipal regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 120 dias.

**O Sr. Prof. Alex Fraga:** Isso, tira o prazo.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Tira a necessidade de regulamentação da lei. Suprimiu tudo, Vereador. Não tem supressão parcial. Então, estou colocando aqui muito claramente porque eu sei que este projeto, o espírito solidário, o espírito cristão, especialmente na proximidade do Natal, é muito grande. E a Casa, por grande maioria, vai votar e aprovar este projeto. Eu quero cumprimentar a Casa por toda essa solidariedade. Eu não consigo ser solidário com o chapéu alheio, transferindo mais obrigações para quem já, injustamente, suporta grandes obrigações. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A Sra. Fernanda Melchionna:** Eu vou falar do microfone de apartes, Presidente. Eu pedi um aparte ao Ver. Reginaldo Pujol, mas não foi possível em função do tempo. Mas preciso fazer dois esclarecimentos, porque eu tenho a convicção de que o conjunto dos Vereadores vai aprovar nosso projeto, de autoria do Ver. Alex e de minha autoria. Em primeiro lugar, as crianças de zero a seis anos já não pagam a tarifa no transporte coletivo, então, nós não estamos ampliando as isenções. Muito embora esta Vereadora seja a favor de ampliar o passe livre para os estudantes, mas esse projeto não amplia as isenções, porque as crianças já não pagam. O que o projeto cria é a possibilidade de essas crianças não serem obrigadas a ter que passar por baixo da roleta. Inclusive, com a emenda construída com o corpo técnico da EPTC, fica a critério da própria Prefeitura a regulamentação: se a criança vai entrar por trás ou pela frente do ônibus. Mas que ela não precise sujar a roupinha passando por baixo da roleta. Só para fazer esses dois esclarecimentos. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLL nº 170/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)  
**APROVADA** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

---

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 02 ao PLL nº 170/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 170/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLE nº 036/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 036/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Bom dia a todos e a todas. Assim como eu, outros Vereadores opinaram sobre esse projeto da concessão das áreas para a Petrobras, se não me engano o Ver. Cecchim, que não concorda com projetos que tenham uma complexidade e que mereçam um debate mais aprofundado, e, provavelmente, este aqui é também o caso.

Vou ler a ementa do projeto (Lê.): “Cria no âmbito do Município de Porto Alegre a Central de Conciliação, composta de Câmara de Indenizações Administrativas, Câmara de Mediação e Conciliação e Câmara de Conciliação de Precatórios.”

Não estamos tratando aqui de um projeto simples. Nós estamos aqui valorizando e reconhecendo o trabalho da nossa assessoria de bancada que diz que esse é um mecanismo utilizado em outras esferas – é verdade –, porém a matéria é controversa e deveria tramitar com menos celeridade para permitir um debate mais profundo.

Aqui peço atenção: na prática, implica em o Poder Municipal negociar e antecipar pagamentos de precatórios desde que o detentor do mesmo aceite receber com deságio composto.

Então vejam que estamos aqui tratando de um tema que merece uma discussão. Estamos aqui no final da manhã desta Sessão Extraordinária e acho que é importante entender qual é a política do Município em relação a esse tema. É claro que as palavras “mediação” e “conciliação” são palavras bonitas num momento em que a gente vive a judicialização da política, a judicialização das questões públicas, infelizmente, porque o Poder Público não tem conseguido dar as respostas no tempo certo; portanto, ter algo mais dialogado, a possibilidade de o Executivo sentar com os seus munícipes e discutir temas que poderiam gerar conflitos judiciais parece louvável, mas aqui temos esta questão que a nossa assessoria coloca, que, na prática, o Poder Municipal fica com o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

poder de antecipar pagamentos de precatórios, desde que o detentor do mesmo aceite receber com o deságio proposto.

Então subo à tribuna mais para fazer essa provocação. Espero que o Ver. Waldir Canal, que vai falar em nome do Governo, explique melhor a proposta e que possamos debater com a profundidade e a importância que o tema merece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Waldir Canal está com a palavra para discutir o PLE nº 036/15.

**O SR. WALDIR CANAL:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, sobre este projeto eu quero deixar o meu agradecimento ao Poder Executivo, porque é um avanço na resolução de questões de indenização e até mesmo vai facilitar o recebimento daqueles que tenham sido prejudicados por algum ato da Administração, por algum problema causado pela Administração. O projeto trata da conciliação, e a tendência das demandas judiciais é esta: evitar, exatamente, a ida ao Judiciário. Quando a Prefeitura propõe essa câmara de conciliação, ela está beneficiando o cidadão. As câmaras de conciliação têm um papel fundamental na celeridade do processo; é melhor o cidadão procurar essa câmara do que enfrentar dez anos, oito anos de um processo cansativo, pagar um advogado e, depois que ganhar, transformar em precatório. A negociação proposta é importante na ótica do favorecimento para o cidadão. É lógico que há críticas, pode haver críticas, mas eu acredito que, na regularização do projeto, esses ajustes podem ser feitos. A cultura da mediação é importante para que as pessoas saibam que muitas demandas não precisam chegar até o Judiciário. Então, vamos falar aqui do art. 5º, da central de conciliações – as diretrizes desse projeto –, porque é importante saber para que vai servir (Lê.): “I - a instituição de valores e meios jurídicos que aprofundam relacionamento das pessoas físicas e jurídicas com a Administração Municipal”. Muitas pessoas nem sabem dos seus direitos. De onde buscar indenização, por exemplo, por uma árvore que caiu em cima do seu carro? Por um pneu, uma roda que estraga num buraco causado pela chuva, pela intempérie. E essas composições dessas câmaras vão ter a participação da OAB, com certeza, não está na lei, mas têm a sua aprovação, porque é uma tendência, a OAB incentiva a conciliação, incentiva que haja isso.

**O Sr. Elizandro Sabino:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Canal, quero parabenizá-lo pelo esclarecimento. Nessa mesma linha, assim como na OAB, é uma tendência, hoje, as mediações e conciliações, também é nas academias, através das orientações, dos ensinamentos, da inclusão nos currículos escolares para cursos de Direito, porque realmente é uma forma de composição não traumática, não levando ao Judiciário, não judicializando uma causa que, através da conciliação, se torna mais rápida e mais eficaz. Parabéns pelo esclarecimento.

**O SR. WALDIR CANAL:** Obrigado, Ver. Sabino. Então, o que nós queremos? O que o Governo quer com essas medidas? Acelerar esses processos, agilizá-los. Então, o art. 8º diz da indenização (Lê.): “Art. 8º Compete à Câmara de Indenizações Administrativas o exame, na forma de seu regimento interno, dos pedidos administrativos de indenização, decorrentes de danos causados pelos órgãos da Administração Municipal a terceiros, segundo preceito previsto no §6º, do art. 37, da Constituição Federal”

A mediação e conciliação, no art. 10º, diz (Lê.): “1 - a prevenção e solução de forma consensual dos conflitos no âmbito administrativo”. Muitas pessoas não querem ir à Justiça, mas se obrigam a ir. Com a conciliação, elas poderão evitar ir até o Judiciário e vão conseguir ter satisfeita a sua pretensão por um acordo. Esses acordos são fundamentais para que o cidadão seja valorizado, e a Prefeitura possa, então, reparar o dano causado por eventual falha da administração. Então, o projeto tem 20 artigos, não vou ler todos, mas, em síntese, eu defendo o projeto, vou votar favoravelmente a ele, porque entendo que é um avanço, entendo que é bom para a população, o projeto é necessário e, com certeza, vai favorecer aquelas pessoas que estão, de repente, até com processo na Justiça e não conseguem receber. A situação não está fácil para ninguém, nós vemos isso no Município, no Estado e no Brasil afora, então é melhor ter uma negociação do que ficar esperando e não receber. A promoção da negociação para receber o seu ativo, a sua indenização é muito melhor do que ficar tendo um crédito e não poder receber. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 036/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a exposição feita Ver. Waldir Canal foi extremamente didática, de fácil assimilação pela clareza com que o mesmo expôs as conveniências de se adotar a mediação e conciliação dentro das possibilidades de resolução de problemas que hoje são necessárias e, obrigatoriamente, dirimidos na Justiça Pública do Estado. A Central de Conciliação, que visa a solucionar controvérsias administrativas ou judiciais, está prevista na legislação brasileira, como de fato a indenização de expectativa atuará sempre no exame de pedidos administrativos de indenização a terceiro, processo com mais celeridade, além da diminuição de custos de deslocamento para audiências, custas e honorários. De outro lado, a mediação e a conciliação, ambas situações, estão com previsão legal no art. 174, da Lei nº 13.105, de 2015, que autoriza a União, Estados e Distrito Federal a criarem as Câmaras respectivas na sua área de jurisdição.

Eu sou absolutamente favorável à mediação. Acho que a sociedade brasileira deveria impor uma ampliação das Câmaras de Mediação, que hoje existem no País, para solucionar todos aqueles problemas que dizem respeito a danos ao patrimônio pessoal e até mesmo ao patrimônio público, deixando que a legislação comum e, mais do que isso, a Justiça Comum dedicasse mais atenção àqueles processos que dizem respeito à integridade física da pessoa, à vida do cidadão, à liberdade do cidadão, e daí por diante.

Nesse sentido, eu tenho que saudar este projeto e dizer que ele é excelente, Ver. Cecchim, porque comporta e vem ao encontro dessas posições que eu sustento há muito tempo. Sou honesto o suficiente para dizer que há alguns aspectos da lei, aspectos importantíssimos, que eu lamento só ter me apercebido mais ultimamente, porque eles teriam que ser melhor estudados. Como eu acho que é possível implantarmos a lei no dia de hoje, votando-a e ensejando ao Prefeito que faça a sua sanção, e que eventuais equívocos, que ela possa conter, serão possíveis de posteriormente serem modificados através da ação legislativa desta Casa. Eu entendo que a omissão da lei é pior do que a existência de uma lei que não é a melhor, porque fora do estado de direito não há solução, portanto, eu voto, hoje, favoravelmente a esta lei, mas quero dizer que eu tenho essa preocupação, meu querido amigo, Ver. Canal, a quem eu dei atenção especial



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

quando V. Exa. fez bela abordagem sobre o assunto. Eu acho que a sociedade civil está muito pouco representada neste processo. Vossa Excelência tem a expectativa de que o regramento possa vir a satisfazer esse fato; tenho dúvidas se ocorrerá, mas tenho convicção e certeza de que, se amadurecer uma consciência neste sentido, esta Casa poderá mudar no futuro; caso contrário, nós estaremos trocando o Judiciário pela Procuradoria, pela Secretaria da Fazenda, pela Secretaria de Planejamento, quando poderíamos e deveríamos ter a OAB representada, como deveríamos ter a sociedade civil representada. Então, é possível, hoje, eu estou com idade suficiente para entender que, na busca do ótimo, pode-se perder o bom. A lei é boa, não a melhor possível, mas é boa, e, por isso, eu voto favoravelmente à presente lei.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLE nº 036/15.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já são 12h26min, nós estamos aqui e logo mais teremos de retornar, mas eu não poderia deixar de fazer um comentário a respeito desse projeto, Ver. Idenir Cecchim. Sr. Jacson, que representa a Secretaria da Fazenda, em nome da sua pessoa, quero cumprimentar o Executivo, porque é um projeto moderno, inovador. Nós precisamos entender o significado e a abrangência desse projeto, ele vem apartado das questões da arbitragem e só assim seria possível. Porque, quando vem completo, tratando de arbitragem, Ver. Guilherme Socias Villela, há a necessidade de as duas partes anuírem, concordarem com a arbitragem. O senhor sabe perfeitamente, mais do que ninguém, que, nos países mais desenvolvidos, quando as grandes empresas fazem as contratações, já estabelecem até as convenções de trabalho, Ver. Cláudio Janta. Os países mais desenvolvidos estão acertando o árbitro para resolver as questões de forma mais dinâmica. E o Executivo, ao encaminhar esse projeto, separando as questões da arbitragem, ele o faz de forma inteligente e legal, porque vai permitir aos particulares que procurem o departamento de conciliação do Município e ele demonstrará a sua vontade de compor, de forma amigável, as condições. A partir do momento que assina o acordo, obrigatoriamente vira título executivo e é inquestionável. Mas, com certeza, atenderá, sim,

---

pág. 44

---

tanto nas questões em que o Executivo necessita pagar aos particulares – que são os precatórios – quanto naquelas em que os particulares precisam pagar o Poder Público. Então, quero cumprimentar o Executivo porque é um projeto muito inteligente, moderno, e vem trazer uma novidade para Porto Alegre – não sei se outros Municípios do Brasil têm essa prática. Mas, com certeza, é um novo passo. Nós, que, na vida privada, trabalhamos com administração de condomínios, Ver. Idenir Cecchim, nos encaminhamos para esses procedimentos. O Judiciário está com muitos processos, tanto o juizado de pequenas causas, como o normal, hoje os processos estão demorando muito. Parabéns ao Executivo por trazer uma novidade para nós, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLE nº 036/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em discussão o PLCL nº 028/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção dos Vereadores Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna. Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 002/13. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, está encerrada a 1ª Sessão de discussão.

**O Sr. Kevin Krieger (Requerimento):** Presidente, eu gostaria de solicitar que o PLE nº 026/15 fosse votado por último.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCL nº 024/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 195/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 195/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria cumprimentar o Ver. Alberto Kopittke pela iniciativa de propor este projeto. Todos sabemos do grande problema que é, muitas vezes, a espera pela instalação ou entregas domiciliares que combinam um determinado horário com o usuário. O usuário, muitas vezes, passa todo aquele turno esperando e não chega a entrega domiciliar. Isso acontece nas mais variadas lojas de Porto Alegre. A exceção é quando a entrega é feita dentro do prazo previsto. Lamentavelmente!

Já existe um problema, que obviamente o Ver. Alberto não tinha como avançar neste projeto: que as entregas, em geral, Ver. Prof. Alex, só acontecem em turno comercial. É um problema gravíssimo. Por exemplo, no nosso caso, quando precisamos esperar alguma coisa e, como é horário comercial, temos que conversar com alguém da família para estar em casa. Dependendo do tipo de compra, não aceitam que a entrega seja realizada na portaria. Então, tem toda uma combinação que inviabiliza que, muitas vezes, os trabalhadores possam esperar essas entregas domiciliares de produtos que todos nós compramos cotidianamente. Quando tem esse agendamento, Ver. Alberto, combinam, às vezes, o turno inteiro. Eu conversava agora com o Ver. Alberto, que está fazendo uma emenda, e por isso eu me inscrevi para discutir o projeto, para que ele possa apresentar a emenda, aumentando para duas horas, mas, ao mesmo tempo, garantindo que não ocorra o que já aconteceu várias vezes, de a empresa marcar um turno com a pessoa, e o povo ficar esperando das 8h da manhã até o meio-dia e não chegar o produto que foi comprado.

Eu espero que esta discussão tenha ajudado para garantir a aprovação do Ver. Alberto Kopittke, que as emendas já estejam prontas para que a discussão possa ser encerrada, e, de fato, a gente aprovar um bom projeto para a cidade de Porto Alegre e para os usuários, garantindo respeito. Garantindo respeito àqueles que esperam nas suas casas e não querem passar o dia inteiro esperando por determinado produto, mas que querem ter, no seu horário agendado, com uma flexibilidade pequena, a entrega dos produtos em sua residência.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 195/15.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, de forma muito breve; a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu acho que trouxe bem o espírito do projeto, estas relações de consumo em que a pessoa acaba tendo que esperar, muitas vezes, um dia inteiro pela entrega de um produto ou de uma instalação. Ou até dois dias, no meu caso, aconteceu isso, eu me socorri aqui do nosso Diretor do Procon, o Kauê, depois de perder dois dias inteiros esperando pela entrega de uma máquina de lavar roupa, este ano. Acho que todos sabem, já passaram por alguma situação dessas, e eu gostaria de explicar para os colegas aqui duas emendas. Esse é o bom fruto do debate, quando a gente tem um bom diálogo, agradecendo a base do Governo, em nome do Líder Kevin Krieger, por esta oportunidade de debater o mérito, debater o conteúdo do projeto. Nós estamos com duas emendas, Ver. Pablo, Ver. Casartelli. A primeira garante que o projeto tenha como foco apenas as grandes empresas, realmente, esse é o grande objetivo dele, grandes fornecedores de telefonia, de Internet sem fio, TV a cabo, as grandes redes de varejo, que têm condições de organizar a sua estrutura, a sua logística.

Por isso consultei o Ver. Cecchim, empresário que é, e a emenda estabelece, então, o que o Ver. Pablo, desde o início, de forma correta, me chamou atenção, para grandes empresas, acima de 20 funcionários. O segundo, que nós ampliamos mais meia hora: uma hora tem que ser agendada, e a empresa pode atrasar até mais uma hora mediante uma justificativa para o cidadão.

São essas duas emendas que eu agradeço, foram aqui trazidas, também o Ver. Casartelli trouxe, são boas observações com as quais temos plena concordância.

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alberto, o Casartelli, o Pablo e alguns outros Vereadores foram parceiros na costura e na construção dessa emendas, e isso demonstra a alta qualidade deste Parlamento, quando os projetos são bons para as pessoas. É muito ruim quando nós solicitamos um serviço e ficamos o dia inteiro na nossa casa esperando o serviço ser prestado. Muitas vezes, eles deixam, inclusive, para o outro dia.

---

Parabéns pelo projeto. Essas emendas também são para resguardar um pouco o empresário em relação à dificuldade de tempo; assim a gente pôde acrescentar mais uma hora. Acredito que isso fica de bom tamanho para que o empresário possa ter a responsabilidade, e para as pessoas que, muitas vezes, têm que sair para trabalhar.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Muito obrigado, Ver. Kevin. Novamente agradeço a oportunidade de termos construído essa discussão acima das questões partidárias e ideológicas, pensando no cidadão de Porto Alegre.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kopittke, eu quero elogiá-lo pela iniciativa. Acho que os consumidores, realmente, têm um problemão, porque passar o dia inteiro esperando por uma entrega de produto sem poder agendar é muito ruim nos dias de hoje. Essa é uma iniciativa tua que chega com sucesso, uma construção, porque outras tantas foram injustiçadas este ano. Então, eu quero fazer aqui a minha referência e te parabenizar. Ganha a Cidade com as tuas iniciativas inovadoras.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia. Agradeço a todos. Estou à disposição para discutir qualquer dúvida sobre o projeto. Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL 195/15.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; nós estamos produzindo e propondo mais uma emenda para ajudar a disciplinar, Ver. Alberto, esse projeto, porque tem muitos projetos, Ver. Cecchim, que nós aprovamos aqui e eles têm dificuldade de se tornar realidade, porque a população desconhece. Ver. Alberto, nós estamos propondo neste projeto que todas as empresas afixem essa lei, bem como os prazos aqui aprovados, para que a população – está aqui o Procon – tome ciência desse tema, para que a lei possa ser executada. Essa é uma forma de darmos conhecimento

---

público da legislação. Ver. Alberto Kopittke, eu dizia aqui para o senhor que este projeto... Enquanto isso, está chegando aqui, através da nossa Diretoria Legislativa, Sr. Presidente, mais esta emenda, que já está protocolada, para que possamos votar. Pedimos aqui a compreensão. Temos o entendimento de que esta emenda deva ser anexada à lei. Todas as empresas devem afixar, em locais visíveis, a existência dessa lei, bem como os prazos aqui aprovados, que devem ser cumpridos no caso da entrega, para que as pessoas não fiquem esperando a sua mercadoria, os seus serviços chegarem por tempo indeterminado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Apregoo as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria dos Vereadores Carlos Casartelli, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa e Fernanda Melchionna, ao PLL nº 195/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 195/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Carlos Casartelli, ao PLL nº 195/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 195/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLL nº 195/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 195/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 ao PLL nº 195/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 195/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 283/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 283/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu queria muito rapidamente agradecer ao conjunto dos Vereadores e Vereadoras, eu tinha escrito esse projeto originalmente com o Ver. Pedro Ruas, com o princípio de transparência, com o princípio da publicidade, da socialização das informações, e eu tive uma grata surpresa, este ano, quando o Ver. Pablo Mendes Ribeiro entrou na Câmara e protocolou um projeto muito similar. Como tinha a questão da prejudicialidade, o Vereador fez uma emenda que qualifica muito o projeto, incluindo também patrocínios, colocando uma redação adequada para que não houvesse nenhum risco de inconstitucionalidade. Em construção com o Governo, Ver. Kevin Krieger, colocamos a questão da publicidade no rádio, para não aumentar o valor da peça publicitária, e a disponibilização nos *sites* eletrônicos. Então, eu quero agradecer essa parceria do Ver. Pablo Mendes Ribeiro e quero dizer que esse projeto é de nossa autoria, porque o Vereador teve a mesma ideia, com a lógica de aumentar a transparência e garantir à socialização das informações, colocando mais de uma vez um critério de transparência e de publicidade dentro dos princípios, inclusive, da contratação das peças publicitárias. Eu quero agradecer o apoio de vários Vereadores e Vereadoras para essa construção coletiva, acho que Porto Alegre ganha com o nosso projeto e tenho a convicção de que ele vai ser aprovado por unanimidade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 283/13.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 283/13, à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 283/13.



O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLL nº 283/13.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e na TVCâmara, venho a esta tribuna para destacar a importância desse projeto de lei. Parabens a Ver.<sup>a</sup> Fernanda pela proposição. Entendo que a transparência no setor público hoje é uma imposição da nossa sociedade. Porto Alegre é referência aos municípios gaúchos e brasileiros pela sua transparência, pois ganhou um prêmio do Tribunal de Contas do Estado como Prefeitura que mais tem transparência dos seus dados na Internet.

Fico muito tranquilo para falar sobre esse assunto de transparência uma vez que meu pai foi o relator da Lei de Acesso à Informação, em Brasília. Nós precisamos avançar, quanto mais transparência houver, mais o Poder Público avança. Peço o apoio dos senhores para que possamos aprovar esse projeto importante para Porto Alegre e importante para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 283/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 283/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 283/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**O Sr. Aírto Ferronato (Requerimento):** Nós estamos sabendo que à tarde virá um pessoal lá da Lomba do Pinheiro para acompanhar a votação. Se o Ver. Cláudio Janta aceitar, poderíamos, primeiro, votar o processo de sua autoria. Portanto, Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 232/15 para a Sessão Ordinária da tarde de hoje

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 101/13. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 101/13, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras Vereadoras, Srs. Vereadores, este é um projeto que a gente construiu e terminou sua construção junto com o Executivo. Ele vai permitir que a cidade de Porto Alegre tenha ter uma agência reguladora aos moldes que já tem o Governo Federal e o Governo Estadual. A cidade de Porto Alegre terá uma agência para regular os serviços de limpeza urbana, os serviços de transportes, os serviços que a cidade de Porto Alegre concede.

Então, nós construímos e apresentamos este projeto, reformulamos, com a ajuda ex-Prefeito Villela, que nos auxiliou muito, e este projeto vem com o intuito de que a população tenha, em suas mãos, e, principalmente, o povo de Porto Alegre, uma agência que regule esses serviços prestados.

Conseguimos ajuda do Governo com uma emenda que o Ver. Márcio Bins Ely fez, e pedimos aos nossos Pares que aprovem este projeto, para que a Cidade avance, de fato, tendo um dos sistemas que tem ajudado o povo tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, que a Cidade de Porto Alegre avance nessa questão de ter uma agência que regularize os serviços prestados por ela na Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 101/13.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLL nº 101/13.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 101/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
024ª Sessão Extraordinária 21DEZ2015

---

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 101/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com voto contrário da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 101/13. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, o PLL nº 101/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

**O Sr. Kevin Krieger (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 038/15 e do PLE nº 039/15. Após retornaremos à ordem normal.

**A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento):** Sr. Presidente, dou todo o apoio às duas iniciativas e gostaria de solicitar que abrissemos outra Extraordinária, neste momento, para possibilitar a 2ª Sessão da discussão do PELO nº 002/13, uma vez que temos quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Declaro encerrada a Ordem do dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 13h03min.)